

Boletim 34 - agosto de 1992

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AUTARQUIA FEDERAL - COMPETÊNCIA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. CRQ. NATUREZA JURÍDICA. AUTARQUIA FEDERAL.

O CRQ é definido como autarquia federal - art. 2º da Lei nº 2.800/56.

- Autarquia profissional.

Os feitos em que são partes as autarquias federais incluem-se na competência da Justiça Federal, excetuados os da competência da justiça especializada e as execuções fiscais, quando o devedor for domiciliado no interior - CF, art. 109, § 3º e Súmula 40 do TFR.

Agravo de Instrumento nº 1.944 - RN

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - SUPRESSÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. DNOCS. DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO. DL 2438/88. DIREITO ADQUIRIDO.

1 - Inadmissível a supressão da denominada "complementação salarial", vez que não foi dado ao servidor o direito à opção de que trata o DL 2438/88, art. 2º.

2 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 10.721 - CE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 03 de dezembro de 1991, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - MILITAR - CONFLITOS DE INTERESSES -

JULGAMENTO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR.

- Compete à Justiça Federal julgar os processos nos quais se manifestam conflitos de interesses entre militares e a União.

- Inaplicabilidade ao caso do art. 240, "d", da Lei 8.112/90.

- Agravo provido.

Agravo de Instrumento nº 2.044 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 25 de agosto de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - REGIME CURRICULAR - MUDANÇA

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. MUDANÇA DE REGIME CURRICULAR.

- Embora não haja direito adquirido do estudante à observância de certo currículo, a alteração não pode impor a situação anômala de cursar uma só disciplina no semestre, quando poderia concluir os créditos necessários para obter graduação.

- Remessa improvida.

Remessa Ex Officio nº 6.821 - CE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 05 de maio de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - MILITAR - INCAPACIDADE MENTAL

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MILITAR.

- Ação declaratória da incapacidade mental com vistas à reforma de que trata a Lei nº 5.774/71.

- Sentença que julgou prescrita a ação.

- Sua anulação face à não realização de perícia que comprove se a incapacidade do autor remonta à época do licenciamento.

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 10.197 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

ADMINISTRATIVO - SUNAB - DIVERSIDADE DE MULTAS

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA.

- Imposição pela SUNAB de diversas multas ao infrator que não tem procedência ante a existência de uma só ação fiscal da mesma origem, ainda que relativa a mercadorias diversas.
- Nota de venda estabelecida na Portaria Super nº 27/86 que não se confunde com a nota fiscal de venda ao consumidor ou com a fatura de que trata a Lei Delegada nº 04/62.
- Sentença concessiva da ordem.
- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.325 -CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - SERVIDOR - PLANO DE SEGURIDADE

EMENTA

FUNCIONÁRIO PÚBLICO. PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL. LEIS 8.112 E 8.162/91.

CONSTITUCIONALIDADE.

- A contribuição para o plano de seguridade social do servidor, instituída pela Lei 8.112/91 e regulamentada pela Lei 8.162/91 tem natureza parafiscal, sendo irrelevante ter o mesmo fato gerador do imposto de renda. Inexistência de bitributação.

- Inaplicação, à espécie, do art. 195, 4º, da C.F.
- Desnecessidade de instituição mediante lei complementar.
- Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 9.125- PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de agosto de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - CVM - TAXA DE FISCALIZAÇÃO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA CVM.

- A taxa de fiscalização da CVM tem por fato gerador o exercício do poder de polícia na fiscalização do mercado de títulos e valores mobiliários. O patrimônio líquido da empresa serve como referencial para a aplicação de tabela progressiva, não como base de cálculo.

- Constitucionalidade da cobrança.
- Apelação e remessa oficial, tida como interposta, improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 7.548 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

CONSTITUCIONAL - JORNAIS - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

EMENTA

JORNAIS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 15, VI, LETRA "D", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

"Em se tratando de norma constitucional relativa às imunidades genéricas, admite-se a interpretação ampla, de modo a transparecerem os princípios e postulados nela consagrados."

- Precedentes do Supremo Tribunal Federal.
- Apelo provido. Sentença reformada. Segurança concedida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 8.688- PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 06 de agosto de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PENAL

PENAL - ESTELIONATO - CEF

EMENTA

PENAL. ESTELIONATO. CRIME PRATICADO CONTRA A CEF. CONDENAÇÃO NAS PENAS DO ART. 171, CP. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ELEVAÇÃO DA PENA NA FORMA DO § 3º DO MESMO ARTIGO.

- A circunstância especial de aumento há de ser descrita na denúncia. Não basta a afirmação de ter a CEF incorrido em erro e suportado o prejuízo, sem qualquer referência ao fato de tratar-se de entidade de economia popular.

- A sentença foi proferida no limite do pedido. A elevação da condenação pretendida no recurso constituiria julgamento ultra petita.

Apelação Criminal nº 0539 - PE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

PENAL - DESCAMINHO

EMENTA

PENAL. DESCAMINHO. ATO DELITUOSO. MERCADORIAS SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO LEGAL. ART.334 DO CPB.

1 - Demonstrada a intenção de iludir o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada de mercadoria de procedência estrangeira, sem documentação fiscal.

2 - A configuração do crime de descaminho opera-se pela aquisição, recebimento ou ocultação, em proveito próprio ou alheio, de mercadoria de origem estrangeira introduzida clandestinamente no país.

3 - Pena de 01 (um) ano de reclusão, em regime aberto, com a concessão de sursis.

4 - Sentença confirmada.

5 - Apelo improvido.

Apelação Criminal nº 0500 - CE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 02 de junho de 1992, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - CRIME DE DESOBEDIÊNCIA - ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO

EMENTA

PENAL. HABEAS CORPUS ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. RECURSO DE OFÍCIO.

1 - O Estado-Juiz decide ou determina em seu próprio mundo - o mundo do processo -, que há de circunscrever-se mais precisamente ao mundo dos autos, sem reflexo, pois, suas decisões ou determinações em relação a quem não seja parte.

2 - Cuidando a espécie de decisão judicial, não há como identificar-se perfeição do tipo penal do caput do art. 330 do CPB, da parte de quem não atende a determinação prolatada em autos cuja relação processual não integra.

3 - Fundando-se o pedido de ordem de habeas corpus na ausência de justa causa, desde que necessário, há de se entrar no exame do mérito quanto à autoria e à materialidade e, dentro de tal exame, não se encontrando provada a materialidade, irreparável a sentença que concluiu por conceder a ordem para arquivar o inquérito policial.

4 - Recurso de ofício improvido.

Recurso de Habeas Corpus nº 0164 - CE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 11 de fevereiro de 1992, à unanimidade)

PENAL - CAÇA - INEXISTÊNCIA DE PROVAS

EMENTA

PENAL. ABATE DE AVES EM LOCAL E HORÁRIO PROIBIDOS.

- Inexistência de prova suficiente do local e do momento da atividade da caça.

- Apelo improvido.

Apelação Criminal nº 0456 - PB

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 10 de março de 1992, à unanimidade)

PENAL - ESTELIONATO

EMENTA

PENAL. ESTELIONATO.

- Acusado que ingressou em agência bancária, após combinação com os demais réus, para usar de suas habilidades como chaveiro.
- Mesmo não tendo sido necessário o seu serviço, para o apossamento de listagens e talonários dos clientes, evidencia-se a sua participação.
- Ré que por diversas vezes recebe os cheques falsificados e providencia o saque.
- Envolvimento em fatos delituosos anteriores que demonstra conhecimento do caráter ilícito de sua ação.
- Prova suficiente quanto aos demais denunciados.
- Inexistência de dupla apenação.
- Eventual continuidade delitiva, em relação a fato apurado em outro processo, poderá ser invocada no juízo das execuções, para unificação de penas.
- Provimento parcial ao apelo do Ministério Público.
- Desprovimento das apelações dos réus.

Apelação Criminal nº 0477 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 28 de abril de 1992, à unanimidade)

PENAL - ESTELIONATO - DOCUMENTO FALSO

EMENTA

PENAL. ESTELIONATO.

- A utilização de documento falso para o saque de valor depositado em nome de pessoa de menor idade em estabelecimento de crédito, levando este último a erro ante a aparente legalidade do documento, caracteriza o crime de estelionato.
- Tais elementos combinados com a prova da falsificação autorizam a condenação imposta.
- Apelações improvidas.

Apelação Criminal nº 0303 - CE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

PENAL E PROCESSUAL PENAL - ESTELIONATO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO. EXACERBAÇÃO DA PENA. PRESCRIÇÃO RETROATIVA.

- A condenação está bem fundamentada porque de acordo com a prova dos autos, mas a fixação da pena restou exacerbada por não haver prova de reincidência.
- Reduzida a pena na segunda instância, serve esta de base para a prescrição retroativa.
- Tendo sido reduzido o prazo, a ponto de ser alcançado pela prescrição retroativa, é de se declarar extinta a punibilidade, nos termos do art. 109, V, e 110, §§ 1º e 2º do CP.
- Apelação provida em parte.

Apelação Criminal nº 0289 - PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 05 de março de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

PREVIDENCIÁRIO - EX-COMBATENTE - BENEFÍCIO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. EX-COMBATENTE. FUNCIONÁRIO APOSENTADO DA CEF. CÁLCULO DO BENEFÍCIO.

Ação ajuizada contra a autarquia previdenciária e contra a FUNCEF. Legitimidade ad causam passiva de ambas. Cabendo à entidade privada a complementação da aposentadoria dos funcionários da CEF, arcará com parte da condenação. Preliminar rejeitada.

- Comprovação da condição de ex-combatente e do tempo suficiente para aposentadoria até 1 (um) ano após a promulgação da CF/67. Direito ao cálculo do benefício, com base na referência imediatamente superior àquela em que se encontrava quando da inativação.

- Inteligência do art. 177, § 1º, da CF/67, c/c arts. 1º e 2º da Lei nº 3.906/61.

- Precedente do TFR na AC nº 66829 - Paraíba. Manutenção da sentença. Apelação Cível nº 13.875 - PB

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL - APOSENTADOS - GRATIFICAÇÃO NATALINA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. PARÁGRAFO 6º DO ART. 201 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

- É auto-aplicável, por ter completo seu sentido, a regra do § 6º do art. 201 da CF.

- A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

- Recurso improvido.

Apelação Cível nº 10.504 - SE

Relator: Juiz Petrucio Ferreira

(Julgado em 12 de novembro de 1991, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIAS - CUMULAÇÃO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. CUMULAÇÃO DE APOSENTADORIAS PREVISTA NO RGPS, ART. 364.

- Requisito de exercício de mais de uma atividade não preenchido pelo autor.

- Ausência de pedido de pecúlio.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 13.968 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 25 de agosto de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - REAJUSTE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. INSS. BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. ART. 58 DO ADCT.

- O critério de reajuste fixado pelo art. 58, do ADCT, visando ao restabelecimento do valor aquisitivo do benefício como medida de emergência e retomada de parâmetros, possui existência transitória, devendo vigorar desde o sétimo mês, a contar da promulgação da Constituição até a implantação do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência.

- Apelação provida.

Apelação Cível nº 13.223 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 17 de junho de 1992, à unanimidade)

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA - REAJUSTE

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. REAJUSTE DE SETEMBRO/91 (147,06%).

- Decisão definitiva do egrégio STJ favorável à concessão do reajuste de 147,06%.

- Disposição do Governo de estender o reajuste a todos os aposentados.

- Discussão da matéria prejudicada.

- Sentença confirmada.

- Decisão unânime.

Apelação Cível nº 13.475 - SE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 06 de agosto de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - MS - CONCESSÃO DE LIMINAR

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.

"Não se deve conceder liminar satisfativa, capaz de criar situação desfavorável à parte adversa, que a sentença não possa desconstituir."

- Mandado de segurança concedido.

Mandado de Segurança nº 3.598 - CE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - MS - SUSPENSÃO DE LIMINAR

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. REAJUSTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM 147,06%. SUSPENSÃO DE LIMINAR. INCABIMENTO.

- Falece direito líquido e certo ao impetrante que pretende, em ação mandamental, suspender liminar em ação cautelar, omitindo-se na interposição do recurso específico, inclusive, também, em face da superveniência da sentença antes da sua impetração.

Mandado de Segurança nº 5.508 - AL

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MS - NÃO CABIMENTO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL.

- Não cabe mandado de segurança em situações em que há inexatidões na impetração.

- É inidônea a via mandamental quando se faz necessária a dilação probatória.

- Mandado de segurança não conhecido.

Mandado de Segurança nº 7.115 - PE

Relator: Juiz Castro Meira

(Julgado em 26 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AUTARQUIA FEDERAL - CITAÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. REQUISITO DE VALIDADE DO PROCESSO. NULIDADE.

Ação promovida contra autarquia federal. Mandado de citação dirigido contra a União Federal.

- Tendo a autarquia personalidade jurídica própria, distinta da entidade que a criou, indispensável sua citação nas ações que lhe são promovidas, para a validade do processo - inteligência do art. 214, do CPC.

A citação da autarquia na ação cautelar preparatória não supre a falta de citação no processo principal.

- Sentença que não produz quaisquer efeitos, eis que proferida em processo nulo.

- Nulidade que se declara, independente de arguição das partes. Obediência ao princípio do devido processo legal, que se erige em garantia de ordem pública.

Apelação Cível nº 14.212 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR - PRESSUPOSTOS

EMENTA

PROCESSUAL. CAUTELAR. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS DA MEDIDA.

1 - A conveniência e a necessidade premente da concessão da liminar são da competência exclusiva do douto julgador a quo, cabendo ao Tribunal ad quem averiguar da legalidade dos pressupostos do fumus boni iuris e do periculum in mora no pedido.

2 - Configurando-se a satisfação de necessidade urgente e imperiosa do postulante, não há como negar o pleito.

3 - Apelação improvida.

Apelação Cível nº 12.327 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 09 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR - PRESENÇA DE REQUISITOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CAUTELAR. SFH. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. PRESENÇA DO FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA.

1 - Preliminares rejeitadas.

2 - O objetivo da medida cautelar é resguardar o processo cognitivo, assegurando provisoriamente o mutuário da cobrança judicial a maior pelo agente financeiro, que o levaria, in casu, à perda do imóvel antes de julgado o direito do autor, configurando-se no periculum in mora.

3 - As inúmeras normas adotando vários critérios de reajustamento das prestações de financiamento habitacional, muitas delas amparando a pretensão reivindicada pelo autor, concretizam a existência do fumus boni iuris.

4 - Apelações improvidas.

Apelação Cível nº 12.570 - AL

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - LEGITIMIDADE DO BACEN E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE FINANCEIRA NÃO FEDERAL. AÇÃO AJUIZADA CONTRA O LIQUIDANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO CENTRAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LEI 6.024/74.

1 - Não cuidando de ação ajuizada contra as instituições financeiras privadas em liquidação extrajudicial, onde a competência é da Justiça Comum Estadual (Súmula 49 do extinto TFR), mas de ação que se dirige contra o interventor e liquidante, atacando atos por ele praticados na condição de executor do Banco Central (a quem cabe decretar e supervisionar a intervenção - Lei 6.024/74), impõe-se concluir pela legitimidade passiva ad causam do Banco Central e conseqüente competência da Justiça Federal.

2 - Preliminares rejeitadas.

3 - Constitui manifesta ofensa à garantia constitucional reservada ao direito de propriedade (art. 5º - CF) a retenção de depósitos bancários de particulares, levada a efeito por entidade financeira submetida a intervenção ou liquidação extrajudicial.

4 - Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.702 - RN

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 17 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - INTIMAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE DÉBITO FISCAL. LEI 6.830/80, ART. 25. INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE JUDICIAL DA FAZENDA PÚBLICA.

1 - A intimação pessoal do representante judicial da Fazenda Pública, a que se refere o art. 25 da Lei 6.830, de setembro de 1980, não se aplica à ação ordinária de nulidade de débito fiscal.

2 - Agravo improvido.

Agravo de Instrumento nº 1.489 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 19 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - NULIDADE DE SENTENÇA
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. INSTRUMENTO PROCURATÓRIO. AÇÃO PRINCIPAL. AÇÃO CAUTELAR. NULIDADE DE SENTENÇA.

1 - A incapacidade processual ou irregularidade de representação não autoriza a extinção do processo, anula-o (art. 13, I, do CPC).

2 - Modifica-se a sentença para, juntando-se aos autos o instrumento procuratório, dar-se prosseguimento ao feito.

3 - Apelação provida.

Apelação Cível nº 11.509 - PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 31 de março de 1992, à unanimidade)
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - MS - ILEGITIMIDADE PASSIVA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. TRIBUTÁRIO. LEI 7.787, ARTS. 3º E 9º CONTRIBUIÇÃO INCIDENTE SOBRE FOLHA DE SALÁRIOS NO TOCANTE A ADMINISTRADORES. ILEGITIMIDADE PASSIVA.

1 - Não é o Delegado da Receita Federal autoridade coatora na hipótese da Lei 7.787/89, arts. 3º e 9º, em face de ser a contribuição ali prevista destinada e arrecadada pela própria autarquia previdenciária.

2 - Apelação improvida.

Apelação em Mandado de Segurança nº 5.625- PE

Relator: Juiz Petrúcio Ferreira

(Julgado em 14 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR - TRANSAÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.

- Acordo celebrado no curso de ação cautelar movida contra a Caixa Econômica Federal para depósito de prestações de financiamento da casa própria.

- Impugnação da União Federal, que entende inviável transação, na espécie.

- Caso, ademais, em que o valor da causa é bastante inferior ao limite previsto na Lei 8.187/91.

- Apelo improvido.

Apelação Cível nº 13.173 - PE

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 26 de maio de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.

- Utilização de cruzados novos para liquidação de débito decorrente de mútuo com garantia hipotecária contraído junto à Caixa Econômica Federal. Possibilidade.

- Improcedência, entretanto, da consignatória ante a não efetivação integral do depósito pelo autor no prazo assinado.

- Inteligência do art. 899 do CPC.

- Apelação improvida.

Apelação Cível nº 10.000 - AL

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - ILEGITIMIDADE DA PARTE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA CONTRA PARTE MANIFESTAMENTE ILEGÍTIMA. O INSS NÃO SUCEDEU O INAMPS. EFEITOS MODIFICATIVOS AO ACÓRDÃO PARA DECLARAR NULO O JULGADO. OMISSÃO DO ARESTO QUE NÃO ENFRENTOU, AINDA QUE EX OFFICIO, A PRELIMINAR DE ILEGITIMATIO. EMBARGOS PROVIDOS.

1 - Omissão é o acórdão que não analisa, mesmo de ofício, questão relativa à ilegitimidade da parte passiva.

2 - Assim, devem ser admitidos embargos declaratórios para suprir tal omissão, ainda que a declaração importe em efeito modificativo ao julgado.

3 - Tendo sido a ação proposta contra o INAMPS e encontrando-se este vinculado ao Ministério da Saúde, deve ser anulado o acórdão proferido contra o INSS, que não absorveu aquele Instituto, para serem renovados todos os atos processuais a partir da intimação da sentença de 1º grau efetivada em parte manifestamente ilegítima.

4 - Embargos conhecidos e providos.

Apelação Cível nº 10.359 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 14 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ACOLHIMENTO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO FAZEM EXPRESSA REFERÊNCIA A DISPOSITIVOS. Quando o julgado deixa de fazer referência expressa a dispositivos legais, embora tenha protegido o princípio de que tratam, é preferível, por liberalidade, acolher os embargos para se esclarecer.

- Embargos acolhidos.

Embargos de Declaração na Apelação em Mandado de Segurança nº 6.324 - PE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 06 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO - DÉBITO PREVIDENCIÁRIO - LIQUIDAÇÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.

- Exigência de liquidação imediata de débito previdenciário em valor superior ao previsto no art. 128, da Lei nº 8.213/91. Violação do art. 100, da CF.

- Obrigatoriedade de Precatório.

- Segurança parcialmente concedida.

Mandado de Segurança nº 4.393 - RN

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 03 de junho de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - REUNIÃO DE INTIMAÇÕES

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA.

- A reunião de várias intimações em uma só carta nenhum prejuízo traz à parte, que tem ampla possibilidade de identificar os processos pelos números dos mesmos, mormente em não se tratando de intimação pela imprensa oficial.

- Agravo a que se nega provimento.

Agravo de Instrumento nº 1.352 - PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 23 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - QUESTÃO PREJUDICIAL

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO PREJUDICIAL. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.

- A existência de questão prejudicial não configura a impossibilidade jurídica do pedido.

- Sentença anulada para que o mérito seja apreciado na primeira instância.

- Apelação provida.

Apelação em Mandado de Segurança nº. 2.741 - PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 26 de março de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL CIVIL - MS - AUSÊNCIA DE PROVA

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVA.

- Não provando a impetrante que as autoridades impetradas estejam na iminência de praticar qualquer ato lesionador ao seu direito, impõe-se o indeferimento da inicial.

- Apelação a que se nega provimento.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.397- PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 19 de março de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROCESSUAL PENAL - AMEAÇA - INEXISTÊNCIA

EMENTA

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. SENTENÇA CONCESSIVA DE SEGURANÇA. LIBERAÇÃO DE DEPÓSITOS DO FGTS. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AMEAÇA. PREVALÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DA AUTORIDADE IMPETRADA.

1 - Se a impetrante não comprova a ameaça à liberdade de ir e vir, devem prevalecer as informações da autoridade impetrada, mormente quando asseveraram que não se praticou "ato algum que pudesse importar a restrição ou ameaça de restrição ao direito de locomoção dos pacientes".

2 - Ordem judicial. Coerção. Atributo da função judicante. Efetividade do poder estatal.

3 - Mesmo que houvesse na sentença cláusula de prisão em caso de descumprimento, o flagrante somente se efetivaria se o crime de desobediência viesse a se consumar.

4 - Denegação da ordem.

Habeas Corpus nº 0238 - CE

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 20 de agosto de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - PROVAS - INSUFICIÊNCIA

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. INCOMPETÊNCIA MANIFESTA DA POLÍCIA FEDERAL PARA ZELAR PELO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE TRANSITO.

INSUFICIÊNCIA DE PROVAS.

1 - "Não se cogitando de infringência a atividade de segurança de natureza federal, a competência para fiscalização e policiamento é dos policiais do trânsito em zona urbana. Não há legitimação da Polícia Federal para fiscalizar o trânsito, ainda que em área especial de estacionamento."

2 - A abertura de inquérito para apurar crimes de desobediência e desacato deveria ser acompanhada de um mínimo de prova de existência material do crime, sem o que constitui constrangimento ilegal.

3 - Apelação improvida.

Recurso de Habeas Corpus nº 0149 - PB

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 11 de dezembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - HC - PERDA DE OBJETO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PERDA DE OBJETO.

- Habeas corpus que visava à expedição de alvará de soltura para alienígena preso por ordem judicial.

- Deportação realizada, perdeu objeto a impetração.

- Ordem prejudicada.

Habeas Corpus nº 0158 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 12 de novembro de 1991, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - PRISÃO PREVENTIVA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FUNDAMENTO NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E NA GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. LEGALIDADE.

- Não estando a instrução criminal encerrada, persistem os motivos de conveniência da instrução criminal, mormente não tendo havido alegação de excesso de prazo.

Habeas Corpus nº 0207 - PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 02 de abril de 1992, à unanimidade)

PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL - TRANCAMENTO

EMENTA

HABEAS CORPUS. APREENSÃO DE ANIMAIS DA FAUNA SILVESTRE. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. NORMA PENAL EM BRANCO. LEI 5.197/67.

- O trancamento de inquérito policial através de habeas corpus é providência que somente se justifica em situações excepcionais.

- Não demonstrada a característica de norma penal em branco do disposto no art. 3º da Lei 5.197/67.

- Recurso de ofício e em sentido estrito providos.

Recurso de Habeas Corpus nº 0061 - PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 19 de março de 1992, à unanimidade)

JURISPRUDÊNCIA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TRIBUTÁRIO - IR - TRD

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DE 1990. TRD INSTITUÍDA PELA LEI 8.177/91. COMPENSAÇÃO OU DEVOLUÇÃO AUTORIZADAS PELA LEI 8.383/91. CORREÇÃO DEVIDA.

- A TRD, instituída em 1991, não poderia incidir sobre "fato imponible" ocorrido em ano anterior.

- A Lei nº 8.383/91, reconhecendo a ilegalidade da incidência da TR sobre fato pretérito, autorizou a compensação ou devolução dos valores pagos, atualizados pela variação da UFIR, que só passou a vigorar a partir de 01/01/92.

- Correção dos indébitos recolhidos antes de 01/01/91 pelo indexador oficial então vigente.

- Sentença mantida pelos seus fundamentos.

Apelação Cível nº 14.159 - AL

Relator: Juiz Ridalvo Costa

(Julgado em 13 de agosto de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - ENERGIA ELÉTRICA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECEPÇÃO E CONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 13/72 EM FACE DA NOVA CONSTITUIÇÃO. NATUREZA ESPECIAL DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE QUE TRATA O ART. 34, PARÁGRAFO 12.

- Não há que se falar em bitributação, porquanto a exação de que se reclama não é tributo.

- A União Federal funciona no feito como simples assistente da Eletrobrás.

- Apelo provido.

Apelação Cível nº 13.560 - PE

Relator: Juiz Araken Mariz

(Julgado em 23 de junho de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - CLUBE DE FUTEBOL - CONTRIBUIÇÕES

EMENTA

TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRESIDENTE DE CLUBE DE FUTEBOL.

- Falta de prova de que a agremiação efetivamente mantinha quadro de jogadores aos quais pagava salários, e de que o embargante era responsável pelo desconto e recolhimento de contribuições.

- Apelo e remessa oficial improvidos.

Apelação Cível nº 13.937 - PB

Relator: Juiz Lázaro Guimarães

(Julgado em 25 de agosto de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE VEÍCULOS. DECRETO-LEI Nº 2.288/86. AÇÃO DE COBRANÇA. REJEIÇÃO DA ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO.

- Prevendo o art. 16 do Decreto-Lei nº 2.288/86 que o denominado empréstimo compulsório seria resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, é de se ter como dies a quo para a contagem do prazo prescricional para a interposição da ação que visa à cobrança de sua devolução, o dia 13 de dezembro de 1989.

- Assim, não está prescrita a ação proposta em 26.09.91 para tal fim.

- Apelação e remessa oficial, tida como interposta, improvidas.

Apelação Cível nº 12.447 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL- EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - PRESCRIÇÃO DE AÇÃO
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. DECRETO-LEI Nº 2.288/86. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO.

- É de se ter como prescrita a ação que visa à devolução do que foi recolhido a título de empréstimo compulsório, nos termos do DL 2.288/86, se já decorridos mais de cinco anos entre a data do recolhimento e a propositura da ação.

- Apelação e remessa oficial improvidas.

Apelação Cível nº.12.891 - PE

Relator: Juiz Nereu Santos

(Julgado em 30 de junho de 1992, por maioria)

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - REDUÇÃO

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. REDUÇÃO DE 50%. PARCELAS DE RECURSOS PRÓPRIOS DESTINADAS A INCENTIVO FISCAL. NÃO INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

INTERPRETAÇÃO DO ART. 15, DO DECRETO-LEI Nº 1967/82.

1 "A instrução normativa é mero ato administrativo. Atua, no mundo jurídico, como norma complementar da lei material. Por isso, não pode ser ampliada, mas, tão-somente, fazer constar regras para fiel aplicação daquela.

2 - Inexiste previsão legal para o fim de ser exigido do contribuinte do imposto de renda, pessoa jurídica, que fez opção por incentivo fiscal, o recolhimento das parcelas deduzidas de forma corrigida.

3 - Interpretação do art. 15, do DL nº 1967/82, no sentido de que não se estendem às deduções do imposto de renda a permanente correção monetária fixada para este."

4 - Precedentes deste egrégio Tribunal.

5 - Remessa oficial improvida.

Remessa Ex Officio nº 13.455 - CE

Relator: Juiz Francisco Falcão

(Julgado em 17 de junho de 1992, à unanimidade)

TRIBUTÁRIO - IR - OMISSÃO DE RECBITA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. OMISSÃO DE RECEITA. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA.

- O incidente de uniformização de jurisprudência somente deve ser processado caso se torne possível aplicar ao caso concreto a tese jurídica que foi acolhida pelo Pleno acerca da questão controvertida.

- O recurso se insurge contra o indeferimento da inicial.

- Ainda que fosse provida a apelação, não seria cabível apreciar a tese controvertida, vez que os autos voltariam à 1ª instância para que o mandado de segurança fosse processado e julgado.

- Indeferimento do processamento do incidente.

- Caracterizadas a decadência e a litispendência, nega-se provimento à apelação.

Apelação em Mandado de Segurança nº 4.654- PE

Relator: Juiz Manoel Erhardt

(Julgado em 26 de março de 1992, à unanimidade)

Boletim 35 - setembro de 1992